

ANEXO A – TERMO DE REFERÊNCIA

PARCERIA EMPRESARIAL PARA EXECUTAR OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

ÍNDICE

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. JUSTIFICATIVA**
- 3. OBJETO**
- 4. DEFINIÇÕES**
- 5. CARACTERÍSTICAS DO PARCEIRO TÉCNICO**
- 6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CRITÉRIOS DE FUNCIONALIDADE**
- 7. DAS ANÁLISES DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**
- 8. DO TESTE DE CONFORMIDADE DO SISTEMA**
- 9. DOS ITENS TÉCNICOS (MANDATÓRIO)**
- 10. MANUTENÇÃO DO SISTEMA**
- 11. TREINAMENTO**

1. INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência se presta a subsidiar chamada pública para seleção de empresa detentora de sistema que execute o controle operacional e gerencial de empréstimos consignados, com serviços agregados, a ser ofertado como um produto da Agência de Fomento do Município do Rio de Janeiro S/A, constituindo-se na forma de parceria contratual entre a empresa selecionada e a FOMENTA RIO, fundamentada no art. 28, § 3º, inciso II, e §4º, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

2. JUSTIFICATIVA

A FOMENTA RIO possui como uma de suas atribuições a busca pela identificação de projetos, investimentos e atividades desenvolvidas ou programadas pela iniciativa privada e ou pelo Poder Público, sugerindo melhorias e formas sinérgicas de atuação. Nesse sentido, a empresa se encontra diante de uma verdadeira oportunidade de negócio, que possui alinhamento com os objetivos e interesses da empresa em:

(1) Conseguir a entrada de receita, tendo em vista o seu enquadramento como empresa estatal não dependente do Tesouro Municipal, o que é de vital importância para a sua sobrevivência financeira, ressaltando que esse poderá ser o primeiro negócio gerado pela empresa, sendo de fundamental importância para o recebimento das primeiras receitas;

(2) Atuar na disponibilização de crédito mais barato que proporcione a movimentação da economia, tendo em vista que esse tipo de empréstimo possui taxas consideravelmente mais baixas e que a oferta do serviço aqui tratado não se restringe apenas ao ente Município do Rio de Janeiro, podendo se estender a outros entes federativos e até a instituições privadas, pois o objeto não limita a execução a um cliente ou a uma abrangência geográfica;

(3) Criar sinergia com futuros projetos que estão em fase de estudo e preparação, como aqueles em que seja necessária a integração de bancos de dados e a oferta conjugada de serviços agregados;

(4) Desenvolver expertise que possa ser útil ou necessária em outras oportunidades de negócio.

3. OBJETO

Este termo de referência tem por objeto a seleção de parceiro empresarial, especializado no gerenciamento e operacionalização de empréstimos consignados, compreendendo o fornecimento de solução de *software* e execução de serviços correlatos: instalação do *software*, implantação e hospedagem do sistema, serviços de capacitação de gestores e de usuários, serviços de suporte técnico e produção, bem como a manutenção do *software*, conforme características e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

No âmbito da parceria serão distribuídas as responsabilidades individuais de cada parte, cabendo-lhes, às suas expensas, as seguintes atribuições:

FOMENTA RIO

- a. Prospectar e identificar oportunidades de mercado;
- b. Definir a estratégia comercial de comum acordo com o parceiro privado;
- c. Desenvolver negócios com o objetivo de estabelecer parcerias e acordos comerciais;
- d. Operacionalizar comercial e juridicamente os negócios realizados;
- e. Executar as demais atividades relacionadas à comercialização do sistema de consignações, nos limites de suas competências.

PARCEIRO PRIVADO

- a. Desenvolver os programas computacionais necessários para o fornecimento das soluções e serviços do âmbito das oportunidades de negócio vinculadas à parceria;
- b. Participar de reuniões comerciais para os clientes prospectados;
- c. Formatar propostas comerciais para os clientes;
- d. Realizar demonstrações, pilotos e adaptações de conteúdos;
- e. Executar os serviços e licenciamentos necessários, de acordo com os requisitos contratados pelos clientes;
- f. Fornecer treinamento aos usuários em todas as funcionalidades referentes aos módulos previstos, de acordo com o cronograma de implantação nos clientes;
- g. Operacionalizar o fornecimento do sistema de consignações, incluindo todas as atividades técnicas envolvidas, como a programação, manutenção e atualização do software, entre outras atividades relacionadas, durante o prazo fixado com cada cliente.

4. DEFINIÇÕES

“Sistema de Consignações”: Conjunto de produtos e serviços, compreendendo desde o *software* para gestão e operacionalização dos empréstimos consignados até os serviços de atendimento e suporte.

“Consignantes”: Pessoas físicas que percebem remuneração mensal, mediante vínculo legalmente estabelecido com órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou com empregador privado, sejam ativos, inativos ou pensionistas, civis ou militares, e que, até o limite de sua margem consignável, firmam ou aderem a contratos, autorizando os descontos, mensais e sucessivos, diretamente a partir de sua remuneração, subsídio ou proventos até a conclusão do contrato.

“Consignatárias”: Empresas do mercado financeiro que disponibilizam seus serviços e produtos de crédito aos consignantes, por meio do Sistema de Consignações.

“Clientes” ou “Contratantes”: Pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que firmam contrato com os parceiros ofertantes dos produtos e serviços do Sistema de Consignações para disponibilizar empréstimos consignados aos seus funcionários, empregados, aposentados e pensionistas. Responsável pelo credenciamento das entidades consignatárias, que mantenham contrato com consignantes, pelas margens brutas consignáveis, controlando, descontando e repassando diretamente as parcelas consignadas aos consignatários, isentando os parceiros contratados de qualquer responsabilidade.

“Parceiro Técnico”: Empresa que responde por disponibilizar a infraestrutura tecnológica e de atendimento necessária ao Sistema de Consignações. Prospecta serviços e produtos de interesse dos Consignantes, fomentando fornecedores qualificados a aderirem ao Sistema. Garante a segurança, sigilo, integridade, autenticidade, tempestividade e confiabilidade das informações do Sistema.

“Parceiro Comercial”: Empresa responsável pela comercialização dos produtos e serviços compreendidos no Sistema de Consignações. Efetua as tratativas com os potenciais clientes, realiza os ajustes nas rotinas, processos e compromissos necessários à assinatura do contrato, e atua no decorrer de sua vigência para garantir a conformidade do que foi acordado.

5. QUALIFICAÇÃO DO PARCEIRO TÉCNICO

O parceiro deverá atender a requisitos mínimos de qualificação técnica e capacidade econômico-financeira, nos seguintes requisitos:

- a. Experiência e capacidade de execução do negócio em termos de processamento de dados;
- b. Recursos humanos próprios com experiência para liderar os processos internos de tecnologia da informação;
- c. Propriedade de plataforma de gerenciamento de empréstimos consignados e desconto em folha de pagamento;
- d. Situação financeira saudável em termos de endividamento e capacidade de pagamento.

Assim, serão exigidas do parceiro técnico as seguintes características, todas obrigatórias:

CRITÉRIO	COMPROVAÇÃO
Ter experiência na execução de, no mínimo, 500.000 (quinhentas mil) linhas de processamento por mês.	Apresentação de documento, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que contenha o número de linhas processadas por mês.
No mínimo, 02 (dois) profissionais de tecnologia da informação com 5 (cinco) anos ou mais de experiência.	Apresentação dos currículos dos profissionais e documento comprobatório de vínculo com a empresa.
Possuir a propriedade da plataforma de gerenciamento de empréstimos consignados e desconto em folha de pagamento.	Apresentação de cópia do certificado de registro do sistema, contendo alguma forma de verificação de sua autenticidade.
Comprovar a boa situação financeira, demonstrada pela apresentação dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), todos com resultado igual ou superior a 1.	Apresentação das demonstrações contábeis, conforme disposto no Edital.

6. RECURSOS E ATIVIDADES DEMANDADOS DO PARCEIRO TÉCNICO

O parceiro técnico participará do negócio com os seguintes recursos e atividades, sendo responsável por suportar tais custos, mediante prévia negociação antes da celebração de contrato específico com cada cliente:

6.1. Sistema de gestão de empréstimos consignados e desconto em folha de pagamento, com interface de acesso pela rede mundial de computadores, melhor descrito no item 7 deste Termo de Referência.

6.2. Estrutura física de atendimento, conforme exigência de cada contratante, em termos de localização, tamanho, horário de funcionamento, quantidade de atendentes, etc., caso seja demandado e estipulado em contrato com o cliente.

6.3. Assessoramento jurídico, financeiro, etc. para os consignantes, com o objetivo de auxiliá-los em todas as questões que contenham implicações relacionadas aos contratos de crédito consignado, caso assim seja solicitado e negociado com o cliente.

6.4. Realização de treinamentos para administradores/gestores, consignatárias e consignantes, em seus respectivos módulos, melhor descrito no item 11, respeitando as exigências mínimas de cada cliente.

6.5. Integração com os sistemas do cliente, migração dos dados de eventual sistema legado, adaptações requisitadas na implantação do sistema, de acordo com as necessidades do cliente.

7. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO SISTEMA

O parceiro técnico da FOMENTA RIO, quando da concretização de negócios específicos, deverá se habilitar a fornecer as soluções exigidas pelo cliente, tendo por base os critérios e requisitos exemplificados a seguir. Tais requisitos não são exaustivos ou vinculantes, podendo o cliente demandar outros ora não elencados ou não exigir alguns aqui listados, sendo esperado que o parceiro técnico tenha flexibilidade suficiente para realizar as adequações necessárias.

REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

7.1. Sistema desenvolvido para acesso pela rede mundial de computadores e compatível com os principais navegadores do mercado: Mozilla Firefox, Google Chrome e Internet Explorer.

7.2. Operar com Sistema Gerenciador de Banco de Dados que possua mecanismos de segurança eficazes, *Firewalls*, cópias de segurança (*backups*), redundância (infraestrutura replicada) e criptografia de dados ou operar com solução que utilize infraestrutura *Blockchain*, tecnologia de validação inviolável que tem a descentralização como medida de segurança.

7.3. Permitir o uso de Certificados SSL para troca de informações de forma segura.

7.4. Ter módulo gestor para controle de perfis e dos usuários.

7.5. Permitir bloqueio automático de usuários após tentativas seguidas de login malsucedidas.

7.6. Os relatórios devem ser gerados, no mínimo, nos formatos TXT, CSV e XLS. Os relatórios sintéticos devem poder ser visualizados previamente na tela do computador, antes do envio para impressão.

7.7. Permitir diversos níveis de acesso para os usuários, como: consignante, gestor (cliente) e consignatárias.

7.8. Permitir auditoria do sistema, com informações da data, hora, usuário e o resumo das alterações/inclusões/exclusões efetuadas.

7.9. Permitir processamento de arquivos de lote, inclusive com suporte para CNAB240.

MÓDULO ADMINISTRADOR/GESTOR

7.10. Permitir o controle e a parametrização dos limites das taxas praticadas pelas consignatárias (taxas de juros e de Custo Efetivo Total - CET).

7.11. Ter área de depósito de crítica gerada no processamento das consignações por consignatário.

7.12. Permitir consultar as consignações realizadas para um determinado consignante, contendo informações sobre o contrato, parcelas, valor, situação de cada parcela, alterações na consignação, usuário que realizou a consignação no sistema.

7.13. Permitir a manutenção do cadastro dos usuários das consignatárias e dos administradores do sistema.

7.14. Permitir diversos níveis de acesso para os usuários, como: consignante, gestor (cliente) e consignatárias.

7.15. Permitir a criação de perfis de acesso e manutenção de suas funcionalidades para os usuários.

7.16. Permitir o bloqueio/desbloqueio dos perfis de acesso, bloqueando/desbloqueando, consequentemente, o acesso de seus respectivos usuários.

7.17. Permitir bloqueio automático de usuários, parametrizado por tempo (dias) de inatividade.

7.18. Permitir configurar a exigência de cadastro de e-mail para os usuários.

7.19. Permitir o bloqueio de acessos simultâneos de um mesmo usuário.

7.20. Dispor de mecanismo de recuperação de senha dos usuários.

7.21. Permitir a configuração de nível de severidade da senha dos usuários.

7.22. Permitir a definição de quantidade máxima de tentativas de acessos incorretos ao sistema, bloqueando o usuário automaticamente.

7.23. Permitir limitação dos prazos máximo e mínimo de carência, para desconto em folha, por serviço.

7.24. Permitir limitação do valor da parcela (em moeda corrente ou percentual), para desconto em folha, por serviço.

7.25. Permitir limitação do número de parcelas, para desconto em folha, por serviço.

7.26. Permitir manutenção dos serviços de desconto/rubrica.

7.27. Permitir seleção dos serviços que poderão ter prazo alongado ou negociado pelas consignatárias e, para os serviços selecionados, possibilitar a parametrização dos prazos.

7.28. Permitir manutenção do cadastro das consignatárias, contendo informações sobre seu CNPJ, razão social, dados bancários e contatos, além de bloqueio e desbloqueio manual e automático (parametrizável).

7.29. Permitir a manutenção dos códigos de verbas de desconto por serviço, assim como seu bloqueio e desbloqueio.

7.30. Permitir consulta ao CPF, nome e vínculo de um determinado usuário consignante, conforme perfis cadastrados.

7.31. Permitir a consulta e edição dos dados pessoais (nome do pai, nome da mãe, endereço, etc.) e cadastrais (categoria, lotação, data de admissão, etc.) dos consignantes pelo gestor.

7.32. Permitir o bloqueio/desbloqueio de determinados serviços para um determinado usuário consignante.

7.33. Permitir o bloqueio/desbloqueio de gestores de um determinado órgão, conforme perfil cadastrado ao sistema.

7.34. Disponibilizar relatórios com as informações do processamento mensal oriundas da folha de pagamento, informando parcelas averbadas e não averbadas em folha de pagamento, tais como: falecimento, demissão/exoneração, licenças entre outros.

7.35. Permitir suspender, cancelar e liquidar contratos efetuados para um determinado consignante.

7.36. Permitir reativar contratos suspensos e cancelados.

7.37. Permitir consultar as margens consignáveis de um determinado consignante.

7.38. Permitir transferência automática de contratos entre vínculos, em o caso de redução de margem ou demissão/exoneração do consignante.

7.39. Permitir o acompanhamento das operações de portabilidade de margens entre consignatárias.

7.40. Disponibilizar área que permita o envio e a guarda de documentos para as consignatárias, com possibilidade de selecionar a(s) consignatária(s) que receberão os documentos e vice e versa.

7.41. Disponibilizar área de depósito geral de documentos, onde o gestor do sistema poderá depositar documentos digitalizados. (Ex. Decisões judiciais).

7.42. Ter área de upload dos contratos de consignação digitalizados e possível visualização pelo gestor.

7.43. Permitir o cadastro de uma data de fim de vigência de um usuário, ou seja: atingida essa data, o usuário será bloqueado automaticamente.

7.44. Permitir a configuração de prazo para expiração da senha dos usuários obrigando-os a alterá-la.

7.45. Permitir a configuração de um limite de senhas já utilizadas para que o usuário não as reutilize.

7.46. Permitir a definição de um prazo para o bloqueio automático de usuários por inatividade.

7.47. Permitir manutenção do cadastro por departamento/setor/órgão.

7.48. Permitir o cadastro de restrição de acesso às funcionalidades do sistema por nível de acesso (consignante, gestor e consignatária) e período (horário e dia da semana).

MÓDULO CONSIGNATÁRIA

7.49. Não permitir que uma consignatária acesse contratos de outras consignatárias.

7.50. Permitir consulta as consignações de um determinado consignante.

7.51. Efetuar liquidação de contrato, liberando o valor da margem consignável.

7.52. Efetuar o desbloqueio automático das reservas de margem consignável não confirmada, com base em parametrização de prazo para estes cancelamentos automáticos.

7.53. Permitir a determinação de um prazo para que uma reserva não confirmada pela Consignatária seja cancelada automaticamente.

7.54. Permitir a suspensão e o cancelamento de contratos no sistema e sua posterior reativação em casos de necessidade. Caso a suspensão tenha sido feita pelo consignante ou gestor, a consignatária não deverá conseguir reativar o contrato.

7.55. Permitir o alongamento de dívidas até o limite regulamentado (parametrizado), em caso de suspensão de desconto de pelo menos uma parcela mensal, sem possibilidade de ampliação do valor da parcela mensal e do valor inicial do contrato.

7.56. Permitir a consignatária consultar o valor da margem dos consignantes a partir do vínculo, do CPF e da digitação de senha individual de uso único do consignante.

7.57. Realizar a importação e o processamento de arquivos de lote, referente às operações de inclusão, alteração e exclusão de contratos, controlando o limite de margens disponíveis.

7.58. Permitir a manutenção do cadastro de agências e correspondentes, bem como a criação de seus usuários, conforme perfis cadastrados.

7.59. Permitir limitação dos prazos máximo e mínimo de carência, para desconto em folha, por serviço, dentro dos limites estipulados pelo gestor do sistema.

7.60. Dispor de módulo para gestão de portabilidade de margem consignável que possibilite a troca de informações entre as consignatárias.

7.61. Possibilitar que a consignatária interessada selecione o contrato de um determinado consignante que será objeto da portabilidade, mediante autorização desse consignante, através do registro de senha no sistema. Os dados mínimos do contrato disponíveis para visualização da consignatária são: código identificador do contrato (quando aplicável), número de parcelas, valor da parcela, número de parcelas pagas, data de início do contrato.

7.62. Possibilitar que a consignatária detentora do(s) contrato(s) informe à consignatária interessada o valor do saldo devedor.

7.63. Possibilitar que a consignatária interessada comunique que o valor correspondente ao saldo devedor foi repassado mediante documento bancário.

7.64. Possibilitar que a detentora do(s) contrato(s) liquide o contrato e comunique a liberação da margem averbada para a consignatária interessada.

7.65. Permitir a operação de renegociação de contratos: o usuário visualizará uma lista de contratos disponíveis, selecionará os que serão renegociados e, na mesma operação, incluirá um novo contrato com as novas informações definidas. Em cada contrato de origem deverá existir um link que o vincule ao seu contrato de destino e vice-versa.

7.66. Permitir a manutenção (inserção e alteração) das taxas (tanto as taxas de juros quanto Custo Efetivo Total - CET) praticadas para contratos de empréstimos, customizada pela quantidade de parcelas.

7.67. Registrar a ocorrência de cada operação realizada, informando data, usuário responsável descrição da operação e IP de acesso utilizado.

7.68. Os valores devem obedecer aos limites parametrizados pelo gestor do sistema.

7.69. Os relatórios disponíveis às consignatárias devem estar implementados de forma que cada uma visualize somente os seus contratos.

7.70. Disponibilizar relatórios analítico e sintético das movimentações financeiras realizadas por uma determinada consignatária, num determinado período, agrupadas por serviço e/ou departamento/setor/órgão, totalizando quantidades e valores.

7.71. O relatório analítico deve exibir os seguintes dados do consignante: nome, matrícula, vínculo e CPF.

7.72. Os relatórios deverão apresentar telas de filtro para os campos: consignatária, período (mês e ano), serviço e departamento/setor/órgão.

7.73. Disponibilizar relatórios com as informações do processamento mensal da folha, informando parcelas averbadas e não averbadas em folha de pagamento.

7.74. Possibilitar reserva de margem consignável para averbação de contrato em folha de pagamento.

7.75. Disponibilizar área de depósito de crítica gerada no processamento das consignações por consignatário.

7.76. Permitir a reimplantação automática de parcelas não descontadas em folha de pagamento.

7.77. Dispor de mecanismos para parametrização dos prazos de troca de informações entre as consignatárias e de mecanismos para desfazer o processo de portabilidade depois de decorridos os prazos parametrizados.

7.78. Possibilitar que a consignatária interessada gere um novo contrato tendo como valor mínimo o saldo devedor do contrato liquidado.

7.79. Disponibilizar área de download de documentos enviados pelos gestores do sistema.

7.80. Disponibilizar relatórios analítico e sintético das alterações contratuais (inclusão, alteração, suspensão, reimplantação, liquidação, cancelamento) realizadas por uma determinada consignatária, num determinado período e agrupadas por serviço e/ou departamento/setor/órgão.

7.81. O relatório analítico deve exibir dados do consignante, tais como: nome, matrícula, vínculo e CPF.

7.82. Os relatórios deverão apresentar telas de filtro para os campos: tipo de alteração, consignatária, período (mês e ano), serviço e departamento/setor/órgão.

7.83. Disponibilizar área de depósito de contratos de consignação digitalizados, onde o gestor do sistema poderá acessar documentos pertinentes à consignação.

7.84. Permitir configurar a exigência de cadastro IP e/ou endereço de acesso para usuários, bloqueando a utilização do sistema através de IP/endereços não cadastrados. Nos casos em que as consignatárias não possuam endereçamento IP fixo, a Contratada deverá disponibilizar uma página WEB, como mecanismo de acesso seguro.

MÓDULO CONSIGNANTE

7.85. Permitir consultar extrato detalhado dos contratos, independente da sua situação.

7.86. Possuir simulador de empréstimo.

7.87. Permitir a reserva de margem a partir de uma simulação de empréstimo com a visualização das instruções fornecidas pela consignatária (como por exemplo, telefone de contato, endereço).

7.88. Permitir o cancelamento de uma reserva de margem ainda não confirmada pela consignatária.

7.89. Gerar o resultado da simulação será um ranking ordenado pela taxa de juros ou CET - Custo Efetivo Total, praticado pelas consignatárias.

7.90. Disponibilizar aplicativo para dispositivos móveis, sem custo, em plataformas Android e iOS para que os consignantes possam realizar cadastramento de senha online, consultar margem, acompanhar suas operações consignadas, simular e solicitar empréstimos.

7.91. Deverá disponibilizar um browser exclusivo (próprio), como mecanismo de acesso seguro aos consignantes ou mecanismo de verificação de duas etapas em browsers comuns (de terceiros).

8. DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

8.1. Para fins de classificação da proposta, a proponente deverá apresentar comprovação do cumprimento dos requisitos abaixo, pontuando conforme as faixas descritas, até o limite de 5 (cinco) pontos por item.

DESCRIÇÃO	1 PTO	2 PTS	3 PTS	4 PTS	5 PTS
1. Comprovar experiência no atendimento a consignatárias (bancos, operadoras de cartões, sindicatos, associações, etc.) apresentando cópia de contratos em vigor com consignatárias.	1 a 3 contratos	4 a 5 contratos	6 a 7 contratos	8 a 9 contratos	10 contratos ou mais
2. Comprovar experiência no atendimento presencial aos consignantes, apresentando documento comprobatório de contratação de no mínimo 4 (quatro) empregados com cargo/função compatível com a atividade de	Até 12 meses de atividades	13 a 24 meses de atividades	25 a 36 meses de atividades	37 a 48 meses de atividades	Acima de 48 meses de atividades

DESCRIÇÃO	1 PTO	2 PTS	3 PTS	4 PTS	5 PTS
atendimento, e atestado emitido pela contratante com, no mínimo, as seguintes informações: razão social, endereço, CNPJ e período em que a central de atendimento presencial prestou ou presta os serviços aos consignantes.					
3. Comprovar, através de documento oficial (certificado, relatório, etc.), que nos últimos 24 (vinte e quatro) meses teve seus processos de governança e de tecnologia da informação auditados por empresa especializada, a pedido da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, e que o índice geral de aderência de seus processos foi superior a 90%.	90% a 92,99%	93% a 94,99%	95% a 96,99%	97% a 98,99%	99% a 100%
4. Apresentar instrumentos jurídicos em vigor (termo, acordo, ajuste) com parceiros para oferta de benefícios e disponibilização de serviços complementares aos consignantes pelo portal na internet, como rede de	1 parceria	2 parcerias	3 parcerias	4 parcerias	5 parcerias ou mais

DESCRIÇÃO	1 PTO	2 PTS	3 PTS	4 PTS	5 PTS
descontos, seguros, cartões de crédito, etc. Instrumentos jurídicos com objetos iguais somente serão computados uma única vez.					
5. Oferecer a transferência de titularidade de todas as linhas de produtos, negócios, marcas, patentes e invenções ofertadas nesta chamada pública, que sejam incorporadas aos projetos e negócios desenvolvidos na parceria, bem como aquelas geradas no decurso da mesma, por meio de assinatura de contrato específico de cessão de direitos à FOMENTA RIO, ao término do contrato de parceria.					Proposta de transferência de titularidade assinada, conforme modelo estabelecido no Edital de Chamada Pública.

8.2. Para fins de classificação da proposta, a proponente deverá apresentar os documentos comprobatórios exigidos neste item 8, conforme tabela acima.

8.3. A pontuação total da proposta técnica será dada pela soma dos pontos obtidos de acordo com os requisitos da tabela do item 8.1.

9. DOS ITENS TÉCNICOS

9.1. O datacenter utilizado para hospedagem da aplicação deve respeitar o que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) e possuir um plano de contingência da operação em caso de desastres conforme as melhores práticas implantadas pelo mercado, e deve ser apresentado, em detalhes, previamente à assinatura do contrato de parceria. Na análise deste plano a FOMENTA RIO poderá solicitar mais esclarecimentos sobre o plano de contingência da operação e sua execução, caso seja necessário, sendo

passível da não assinatura do contrato de parceria caso a parceira técnica não atenda satisfatoriamente. Deve estar detalhado neste plano as rotinas de *backup* e retenção de dados. A definição de como elas serão executadas deve ser alinhada e formalizada, conforme critérios específicos do Cliente, durante a fase de projeto ou quando entender como relevante qualquer revisão nesta rotina.

9.2. Considerando a sensibilidade dos dados, o parceiro técnico deverá utilizar datacenter, para hospedagem da aplicação, que possua ferramentas e processos que garantam a inviolabilidade do sistema e seus dados, visando impedir que os dados armazenados no sistema sejam utilizados, vazados ou ocorram acessos indevidos ou não autorizados, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais vigente no território nacional.

9.3. O datacenter utilizado para hospedagem da aplicação deve garantir disponibilidade do ambiente em pelo menos 99% ou conforme acordo de nível de serviço/contrato estipulado com o Cliente. Manutenções planejadas no ambiente devem ser informadas com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e com paradas realizadas aos finais de semana ou feriados para evitar indisponibilidade de sistema em dias úteis e para garantir a informação de indisponibilidade do sistema para todos os atores do processo.

9.4. O parceiro técnico deve disponibilizar ambiente de homologação para que os clientes possam validar o sistema antes da disponibilização em ambiente de produção.

9.5. O parceiro técnico deve também manter uma réplica de toda aplicação hospedada em ambiente a ser definido pelo cliente. Esta base de dados deve possuir replicação com tempo mínimo e máximo de intervalo a ser definido juntamente com o parceiro técnico.

10. MANUTENÇÃO DO SISTEMA

10.1. O parceiro técnico será responsável por garantir a manutenção do sistema, respeitando os acordos de nível de serviço a serem firmados com os clientes. As manutenções que farão parte desse pacote de serviços poderão ser de três tipos:

10.1.1. **Emergencial:** A manutenção emergencial irá ocorrer quando houver alguma indisponibilidade em todo ou parte do sistema, no momento que ocorrerem essas indisponibilidades o parceiro técnico deverá restaurar a operação normal do serviço, minimizando os prejuízos à operação do negócio e garantindo assim o melhor nível de serviço e disponibilidade. As indisponibilidades devem ser atendidas de acordo com sua prioridade, impacto e urgência.

10.1.2. **Corretiva:** A manutenção emergencial tem como foco principal restabelecer o serviço o mais rápido possível, minimizando o impacto negativo no negócio, para isso muitas vezes é aplicada uma solução de contorno ou reparo rápido fazendo com que o usuário volte a trabalhar de modo alternativo. A manutenção corretiva será responsável por corrigir o erro ou indisponibilidade apresentada, de forma definitiva. Os erros/indisponibilidades podem ser categorizados de duas maneiras:

10.1.2.1. Erros de Funcionamento: Esse erro será reportado quando parte ou todo o sistema estiver indisponível ao usuário final, são exemplos desse tipo de erro: Queda total ou parcial da aplicação, relatório indisponível, erros de integração etc.

10.1.2.2. Erros de Negócio: São erros gerados pela implantação incorreta de um processo de negócio. São exemplos desse tipo de erro: Relatórios com informações divergentes, erros de fluxo de documentos ou informações etc.

10.1.3. **Legal:** O sistema de compras e contratados fornecido pelo parceiro técnico deverá atender em sua totalidade as exigências das Leis Federais, das Leis Municipais e dos Decretos Municipais e demais outras que forem aplicáveis aos processos de consignação no setor público e privado. Sendo assim, caso ocorra mudanças ou atualizações nas Leis atuais ou publicação de novas Leis, o parceiro técnico deverá realizar as mudanças necessárias no sistema.

10.2. Os prazos e controles aplicados nos casos de manutenções Emergencial, Corretiva e Legal serão acordados com os clientes respeitando as exigências legais.

11. TREINAMENTO

11.1. O parceiro técnico deverá fornecer treinamento aos usuários em todas as funcionalidades referentes aos módulos previstos, de acordo com o cronograma de implantação nos clientes.

11.2. O cliente, por sua vez, deverá organizar as turmas para otimizar a utilização das vagas e providenciar que os participantes atuem como multiplicadores do conhecimento em seus setores internos.

11.3. Ao final do treinamento os multiplicadores devem ser capazes de:

11.3.1. Dominar os conceitos básicos e características de funcionamento do sistema;

11.3.2. Dominar as ferramentas do sistema no seu nível básico de funcionamento;

11.3.3. Serem capazes de implantar os processos de negócio no sistema, de forma a atender às necessidades do cliente;

11.3.4. Serem dotados de conhecimentos e habilidades necessários à configuração das tabelas e parâmetros do sistema, de forma a permitir a utilização completa do sistema.

12. DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE

12.1. A FOMENTA RIO poderá realizar a verificação de conformidade da proponente vencedora, relativamente a todos os itens dispostos neste Termo de Referência, por meio de visita presencial às instalações e/ou inspeção da plataforma que será utilizada no negócio.

12.2. É facultado à FOMENTA RIO desclassificar a proponente que, durante a verificação de conformidade, não tenha cumprido os requisitos obrigatórios (itens 5 e 9) e os requisitos apresentados na proposta técnica (item 8), bem como tenha sido identificada a inexistência de mais de 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos de sistema (item 6).

12.3. Caso a proponente possua itens não atendidos, a FOMENTA RIO poderá notifica-la e concedê-la um prazo para adequação, não superior a 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

12.4. Caso sejam detectadas inconformidades que impactem na pontuação da proposta técnica, a classificação da proponente deverá ser revista e reordenada em relação às outras proponentes.

12.5. Na hipótese de desclassificação pela não conformidade ou na revisão da proposta técnica que importe em reclassificação inferior às outras proponentes, serão convocadas as demais proponentes em ordem de melhor classificação, sujeitas também à mesma verificação de conformidade.